

SISTEMA DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO.

FRANCINE MORALES TAVARES RIBEIRO¹; SIDNEY GONÇALVES VIEIRA²;

¹UFPEL 1 – francine_mtavares@yahoo.com.br 1

²UFPEL– sid_geo@hotmail.com2

1. INTRODUÇÃO

A análise das políticas públicas do patrimônio cultural edificado bem como sua avaliação é a temática que despertou o interesse por este estudo. Baseada numa perspectiva administrativa e de gestão este projeto tem como objetivo a criação de uma metodologia de avaliação de políticas públicas culturais que possa ser aplicada em outros municípios ou até mesmo em outras esferas da administração pública.

Nessa abordagem, e no contexto da realidade brasileira, cabe refletir sobre como são desenvolvidas as políticas, principalmente as locais (municipais), e que relação estabelecem com a condição de vida dos cidadãos.

O surgimento de políticas públicas culturais reflete novos valores atribuídos ao patrimônio histórico e arquitetônico bem como a motivação dos governos a tratar do tema. No entanto, nem sempre a motivação tem gerado ações eficazes.

A proposição de uma política pode ser tanto necessária quanto desejável, mas para saber se a sua aplicação é condizente com as demandas e motivos que a gerou, faz-se necessário avaliá-la quanto aos seus resultados e o impacto obtido por estes, “por esse motivo o acompanhamento dos processos pelos quais elas são implementadas, além da avaliação de seu impacto sobre a situação existente, devem ser permanentes” (MENDES; LIMA; HAMMERSCHIMIDT et al, 2010).

Esse processo avaliativo, do ponto de vista prático, necessita de ampla análise, por projetar uma resposta aos órgãos públicos, sobre os resultados reais de uma determinada política, seja em termos econômicos, pois se vê no patrimônio um meio para estimular a atividade econômica das cidades e regiões, seja em termos de impactos culturais, através da conscientização da preservação do legado histórico de uma cidade. Assim, a avaliação surge como um mecanismo de *feedback* de determinada política pública urbana, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis à mesma (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

Para alcançar este resultado é necessário agregar uma série de informações, estas indispensáveis para convertê-las nas ferramentas que permitam avaliar, a saber, os indicadores. Tal ferramenta pode formar um índice capaz de apontar o nível de eficiência, eficácia e efetividade da aplicação das políticas públicas e fornecer uma base para a reformulação das mesmas. De acordo com JANUZZI (2002), os indicadores são formas de representação das características dos processos utilizados para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo. São instrumentos de verificação do alcance dos

resultados e objetivos formulados, eles devem expressar de forma quantitativa e qualitativa, o desempenho que queremos demonstrar.

Hoje há quase um consenso na literatura de que os motivos para realizar estudos de avaliação de políticas públicas estão relacionados à transformação da administração pública em uma administração mais moderna e eficiente (CUNHA, 2006). No entanto, a aplicação dos critérios de avaliação depende da operacionalização para identificação e quantificação dos resultados obtidos.

2. METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa em estágio inicial, a metodologia aplicada até o momento se baseia em uma análise teórica centrada principalmente em temas de políticas públicas culturais, indicadores e estudos de avaliação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseado em uma revisão teórica, até o momento, verificou-se que os mecanismos de medição de uma política podem ser exitosos ou não conforme a eleição dos indicadores. A produção de indicadores, de qualquer natureza, tem que estar estritamente associada aos objetivos da medição que se deseja realizar, neste sentido as políticas públicas de caráter cultural devem contar com estratégias de implementação e formas de avaliação com base em informações já coletadas.

4. CONCLUSÕES

Vivemos em um mundo em que a intensificação da globalização modifica as maneiras do governo lidar com as políticas públicas em diversos setores. E a esfera cultural não escapa dessas transformações. O patrimônio histórico, e os usos que devem ser feitos desses bens, têm sofrido também modificações neste contexto. Novas áreas surgem para auxiliar as ações públicas de preservação do patrimônio cultural, passando também a serem tratados por uma perspectiva administrativa e de gestão. Logo, a busca por ações de políticas públicas em prol da preservação do patrimônio cultural é um processo de difíceis estágios, os quais ultrapassam a aplicação de ações institucionais e instrumentos legais preservacionistas, destarte a avaliação de uma política permite que formuladores e implementadores tomem suas decisões com maior conhecimento, maximizando o resultado do gasto público, identificando êxitos e superando pontos negativos.

Diante das dificuldades dos poderes públicos em conceber, implementar e desenvolver mecanismos de avaliação, que na sua maioria, são realizados de formas genéricas e imprecisas, surgiu o interesse neste estudo. Facilitar o processo por meio de uma metodologia que se prove útil para medir o resultado de uma política pública é contribuir para a preservação do patrimônio cultural bem como o seu desenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, Marjukka e HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. 51, nº. 4, 2000.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Trabalho elaborado durante o curso “The theory and operation of a modern national economy”, ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, 2006, mimeo.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública** 36, nº. 1, 2002.

MENDES, Ana Maria; SOUZA-LIMA, José; HAMMERSCHMIDT, Karina; et al. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA; SOUZA-LIMA (Orgs) **Políticas Públicas e indicadores para o Desenvolvimento Sustentável**. Pinheiros: Saraiva, 2010. Capítulo 1, p.3 - 34.